

Considerações sociopolíticas acerca da crise hídrica em Itu (SP)¹

Pedro Gondim Davis
Doutorando
PPGAS/Museu Nacional/UFRJ

Palavras-chave: Crise hídrica; Hidropolítica, Itu.

O ano de 2014 foi marcado por um acontecimento de enormes proporções na cidade de Itu. Por quase doze meses a população local se viu privada do abastecimento regular de água, tendo atravessado momentos em que as interrupções chegavam a até vinte dias – dependendo da região, algumas casas ficaram até mais tempo do que isso sem água nas torneiras. Dentre muitos termos cunhados para nomear esse evento (seca, racionamento, calamidade, falta d'água), um dos mais difundidos e utilizados foi o termo crise. A crise da água (ou a crise hídrica) foi responsável por afetar sobremaneira a vida dos ituanos, e foi a partir das vias abertas (e expostas) por esse acontecimento que eu iniciei o meu trabalho de campo na cidade já em janeiro de 2015.

A água, e as eventuais dificuldades referentes ao acesso regular a ela, desde há bastante tempo esteve de maneira muito destacada não só entre as preocupações corriqueiras e práticas dos ituanos, mas também entre as preocupações político-administrativas em Itu. As sucessivas medidas adotadas ao longo do tempo (com seus diferentes gestores, engenheiros, políticos, benfeitores, sistemas de abastecimento, dispositivos tecnológicos, modelos administrativos) não foram capazes de fazer dessa uma questão superada e, nesse sentido, os acontecimentos desenrolados em 2014 podem ser pensados como mais um episódio na complexa genealogia hidropolítica ituana². Isso não

¹ Trabalho apresentado na 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2016, João Pessoa/PB.

² De acordo com relatos de Nardy Filho (2006 [1928]), antigo jornalista e historiador ituano, há relatos de ocorrência de algum tipo de escassez desde o começo do século XIX. Também é possível encontrar notícias de períodos de interrupção no abastecimento de água no começo do século XX em extintos jornais locais. Mais recentemente, o principal jornal ituano deu ampla cobertura para o mesmo problema no ano de 2000. O

significa, no entanto, que seja possível supor que ao fazer alusão aos diferentes momentos ao longo do tempo disso que chamei de hidropolítica estaríamos falando sempre da mesma coisa³.

Com relação às particularidades do mais recente cenário que teve a água como principal reagente (para usar como metáfora uma das características química desse elemento⁴), dois pontos merecem destaque. O primeiro deles é fortemente marcado pelos meus interlocutores durante o trabalho de campo: a ampla e eclética mobilização social ocorrida na cidade em decorrência dos longos períodos de interrupção no abastecimento de água (de maneira inédita, de acordo com eles). O segundo é fruto direto da pesquisa em arquivos e jornais locais: a se considerar os dados produzidos e averiguados até aqui, é possível afirmar que pela primeira vez a questão foi tratada a partir da ancoragem da noção de crise – em outros momentos de falta de água na cidade esse termo não havia sido amplamente utilizado e repercutido. Acredito que a conjunção desses dois vetores interpretativos verificados em Itu abre uma via fecunda de análise socioantropológica tal qual pretendo abordar nesse exercício, a saber, a das relações entre água, política e sociedade (em algumas de suas concepções, pelo menos).

Tratado a partir da chave da crise, o caso ituano nos apresenta interessantes pontos de reflexão quando temos em mente questões provenientes do estudo antropológico dos desastres e das catástrofes. Na introdução do livro *Catastrophe and Culture: The Anthropology of Disaster* (2002), Anthony Oliver-Smith e Susanna Hoffman destacam que

tema também foi um dos principais assuntos da campanha eleitoral para o cargo de prefeito de 2004, e no ano de 2007 o processo de privatização do serviço de água teve ampla cobertura pela imprensa local e foi um dos principais assuntos do legislativo municipal. Ainda é possível observar que alguns dos tradicionais políticos locais (ex-prefeitos, ex e atuais vereadores) já chegaram a ocupar cargos relevantes no antigo e extinto SAAE (Serviço de Abastecimento de Água e Esgoto) de Itu. Além disso, recentes publicações de livros de autores locais (um geógrafo e outro geólogo) (Rodrigues, 2010; Dantas, 2004 – respectivamente) e um número inteiro da revista local *Campo & Cidade* (2010) dedicado ao tema atestam a relevância (e a recorrência da questão) para os ituanos.

³ Com o termo hidropolítica pretendo designar as relações entre água, política e sociedade para além da questão de uma política para a água ou da gestão dos recursos hídricos. O que se almeja é adotar um conceito (analítico) que ative as múltiplas (inter)determinações entre esses elementos assim como a sua extensão no tempo, destacando a necessidade de pensa-los sempre em relação.

⁴ Reagente é o nome dado a uma substância que quando presente em uma reação química promove composições e decomposições nos outros elementos com os quais reage (ref. dicionário virtual Priberam).

esses processos oferecem uma lente através da qual uma série de relações de socialidade são vislumbradas. Segundo os autores, esses processos/eventos são responsáveis por exhibir e testar as formas básicas de organização social e princípios organizacionais de uma sociedade sob condições de estresse. Ao mesmo tempo funcionam como um fundo sobre o qual são projetados comportamentos e moralidades que servem de alicerce para conformações sociais, uma vez que “revelam a gramática social profunda de uma população que repousa sob o seu comportamento cotidiano” (:10) – sendo que uma série de questões usualmente cristalizadas e estabilizadas são colocadas em primeiro plano de maneira tensa e conflituosa, como debates acerca das necessidades humanas, acesso e distribuição de recursos básicos, relações de propriedade, altruísmo e interesses pessoais; além de relações entre cânone e leis, costumes e práticas, e novidades e tradições arraigadas.

Atuando como um fenômeno de potencial totalizante, capaz de abarcar ao mesmo tempo aspectos culturais, sociais, econômicos, políticos e ambientais, a experiência da falta de água foi responsável por instaurar, segundo os ituanos, uma espécie de desordem generalizada na cidade. Em conversas corriqueiras com os moradores locais nas quais eu abordava o período da crise da água, uma das ênfases mais usuais dos relatos remetiam ao quanto a rotina e o fluxo regular da vida foram irremediável e decisivamente afetados. Contudo, além do caos e das dificuldades cotidianas, outra face marcante da natureza crítica da situação vivenciada em Itu pode ser atribuída à agitação popular decorrente da insistente falta de água. Esses dois eixos se apresentavam de maneira relativamente estabilizadas (e relacionadas) nas falas que retomavam uma espécie de narrativa não oficiosa da crise da água ituana. Ainda que essa narrativa pudesse apresentar ligeiras alterações ou algum ponto diferente fosse enfatizado dependendo do contexto onde ela era contada, é possível identificar tanto marcadores temporais bem definidos quanto uma atenção permanente a determinados elementos e suas respectivas interpretações.

Em geral, de saída são abordadas as consequências da crise no cotidiano das pessoas. Destaca-se o clima generalizado de estresse, de desgaste e de irritação da população, assim como a exigência de adequação à mudança forçada de rotina. As principais razões apontadas para esse cenário apresentado eram a impossibilidade de tomar

banho diariamente, a necessidade constante de buscar soluções improvisadas para realizar as atividades domésticas diárias (desde cozinhar, lavar roupas e louças, até a maneira menos constrangedora de se desfazer dos excrementos pessoais) e a preocupação permanente de tentar antecipar se teriam ou não água no dia seguinte (fruto da falta de informação por parte da prefeitura e da concessionária de água sobre a real situação atravessada pela cidade). Nesse âmbito, exemplos eram citados a guisa de ilustração (por vezes, ficava a impressão que, nesses momentos, a intenção da fala adotava um tom meio indefinido entre a consternação, a tristeza e a revolta; porém, quase sempre era possível notar uma veia melancolicamente anedótica, deixando transparecer um certo alívio por tudo isso ter ficado para trás). Essa fase compreendia sobretudo os meses entre abril e agosto de 2014. Segundo os relatos, as ocorrências de falta severas de água eram comuns desde fevereiro daquele ano, sendo que em abril algumas pessoas que acompanhavam mais de perto o problema alertavam para a possibilidade de um colapso total no sistema de abastecimento da cidade. Contudo, como ainda havia alguma água nas torneiras (mesmo com o racionamento em curso sendo mais rigoroso do que era oficialmente anunciado) e os racionamentos não eram uma novidade para os ituanos, a população e, principalmente o poder público, não tratou a questão com o alarme e a urgência que alguns julgavam necessário. Segundo essa narrativa, em junho os reservatórios secaram de vez e o drama cotidiano da população só fazia aumentar.

Desde o mês de julho era possível acompanhar notícias de pequenos protestos e atos de revolta pouco articulados nas ruas de Itu. A partir do mês de agosto esses episódios passaram a ser noticiados com mais frequência no jornal local, sendo que alguns já não eram mais tão pequenos assim (em um deles foram contabilizadas 150 pessoas). Contudo, o principal marcador do começo das mobilizações populares na cidade é fixado no ato ocorrido diante da Câmara dos Vereadores no dia 22 de setembro, segunda-feira – dia em que ocorrem as sessões plenárias da casa. A principal reivindicação em pauta era a decretação do estado de calamidade pública por parte da prefeitura, e o que se viu foi uma das maiores mobilizações popular que a cidade testemunhara em sua história recente. Por volta de três mil pessoas tomaram a praça diante da Câmara, o comércio do centro baixou as portas e diversos veículos de imprensa estavam presentes para cobrir o acontecimento. A descrição dá conta de que o contingente dos manifestantes era composto por um público

diverso, contemplando crianças, jovens, idosos, donas de casa, famílias inteiras, comerciantes; toda uma gama de pessoas que tornava difícil a alegação de que se tratava de algo com fins, propósitos ou motivações “políticas”⁵. Os principais elementos destacados desse momento específico da narrativa foram a revolta transbordante da população em sua diversa composição (que, independente da faixa etária ou da classe social, atirava tomates, ovos e outros objetos no prédio da Câmara), o assombro e o descaso por parte dos vereadores, e a violência brutal com que o ato foi reprimido (há quem diga que pela primeira vez a Tropa de Choque da polícia militar era vista em Itu). Diante de ação desastrosa e desproporcional por parte da força policial e da incapacidade dos vereadores em dar uma condução satisfatória para a situação, o saldo medido foi o aumento da indignação popular e a reunião de um grupo heterogêneo de pessoas que, numa espécie de comitê alternativo e independente de acompanhamento e busca de soluções para a crise, passou a se articular visando a organização de novos protestos, formas de difundir e publicizar o drama ituano para além dos limites municipais via uma intensa atividade nas redes sociais, maneiras jurídicas e institucionais de pressionar a tomada de atitudes por parte do poder público, e ações emergenciais e autônomas para prestar assistência aos mais necessitados.

Na sequência dessa primeira grande manifestação, outras duas são sempre citadas, fechando assim o ciclo de manifestações que integra a narrativa mais difundida por parte dos ativistas. A primeira delas teve como alvo o comitê de campanha da hoje deputada estadual Rita Passos (mulher do ex-prefeito ituano e atualmente deputado federal Herculano Passos). O relato desse dia também é marcado pela violência sofrida pelos manifestantes por parte da Guarda Municipal da cidade. Diversos casos de agressão são

⁵ O modo como se faz referência a categoria “política” é algo a se destacar no contexto das reivindicações referentes à falta de água na cidade. Quase sempre trata-se de uma maneira de desqualificar ou de imputar uma valoração negativa seja a um protesto, a uma cobrança, ou a qualquer ação que tivesse como alvo o poder público enquanto uma instância diretamente passível de responsabilidade pela situação dos ituanos. Vale observar que esse procedimento era bastante recorrente, e que podia ser acionado tanto por parte do poder público ou de políticos locais para deslegitimar um protesto, quanto por parte de alguns dos manifestantes (mas, nesse caso, para dar credibilidade aos atos através da negação de sua motivação “política”). Uma vez confrontado com esse dado, uma das minhas preocupações para o decorrer da investigação é tentar identificar o que caracterizaria essa categoria e quais seriam as categorias que se oporiam a ela – já que a negação da “política” em suas distintas formulações nativas não apresenta necessariamente uma definição precisa daquilo que conformaria a sua contraparte.

citados, e se destaca o episódio do lançamento de uma bomba de gás lacrimogênio que teria partido de dentro do escritório de campanha da candidata (atirada, supostamente, por um segurança particular) e que teria servido de pretexto para o início da confusão que culminou com a dispersão violenta do protesto e com manifestantes agredidos e feridos. O outro ato ao qual se faz referência se deu no dia 29 de setembro e teve como cenário a sede da prefeitura municipal. Nesse dia o ato foi considerado pacífico, mas há relatos de que simultaneamente outras ações ocorriam em pontos distintos da cidade, e que, mais uma vez foram reprimidos de maneira violenta.

No mês de outubro houve outras tantas convocações para atos de rua e protestos em diferentes pontos da cidade (vias de acesso a bairros periféricos, bicas d'água, portal de entrada da cidade), contudo, eles não são contemplados no âmbito do ciclo das grandes mobilizações às quais meus interlocutores fazem referência mais regularmente. Outro dado importante diz respeito ao período eleitoral que se deu no mês de outubro. Nos dias que antecederam o pleito (ocorrido em 5 de outubro), relata-se que a água voltou a aparecer na torneira dos ituanos. Porém, as semanas seguintes são lembradas como algumas das mais escassas de todo o período, tendo casas que ficaram até 25 dias sem receber nem um tipo de água (nem pela rede nem através do envio de caminhão-pipa).

Essa narrativa aqui condensada termina com a chegada das chuvas, no começo de novembro. Com as chuvas veio a diluição da mobilização e a sensação de que não houve vitória (política?) alguma para aqueles que estiveram lutando pela responsabilização do poder público e da companhia privada de água pela situação de penúria encarada pelos ituanos. Ou seja, a água voltou mas nada de efetivo tinha sido feito e praticamente nenhuma das pautas defendidas pela população tinha sido contemplada. Aqueles que eram identificados como diretamente implicados do problema não tinham sido devidamente responsabilizados e o que permaneceu além da sensação de que mais uma vez a solução tinha caído do céu, foi o medo de que em um novo momento de estiagem todo aquele sofrimento viesse a se repetir.

*

Quando eu cheguei à cidade de Itu para começar o meu trabalho de campo, o auge daquilo que se convencionou chamar de “crise da água” ou “crise hídrica” já tinha arrefecido. Dessa maneira, ajustes de rota se mostraram necessários, já que todo o período que compreendeu a preparação e o estímulo para a realização da pesquisa foi primordialmente informado por dados nos quais o tom era marcado pela dimensão crítica da situação – fossem provenientes da cobertura de diferentes veículos de imprensa (inclusive mídias alternativas e independentes) ou oriundas de relatos feitos em redes sociais pelos próprios cidadãos ituanos, principalmente em grupos criados no *facebook*. O conteúdo dessas distintas fontes de dados contemplava a descrição do cotidiano de escassez; a produção de crônicas destacando a privação e a busca por soluções improvisadas de acesso à água; a enumeração de protestos e mobilizações da população (bem como os relatos das práticas violentas adotadas pelas forças policiais); denúncias; chamamento para atos públicos; troca de informações úteis acerca dos pontos de maior necessidade de água; enfim, todo um corpo de material que, sob a chave da crise, permitiu ao ainda quase que completamente ignorante antropólogo mapear, compreender e antecipar minimamente aquilo que ele imaginava encontrar no campo de pesquisa no futuro breve. Esse não foi, no entanto, o cenário que encontrei ao chegar à cidade.

Com a vinda das chuvas em grande volume desde o começo do mês de novembro de 2014, rapidamente os rasos e assoreados reservatórios que abastecem Itu se encheram novamente. Aos poucos o abastecimento de água passou a ser retomado e, ainda que houvesse constantes reclamações sobre a qualidade da água que chegava às torneiras de algumas casas, paulatinamente a vida da população ituana pôde, tanto quanto possível, voltar aos trilhos. Diante de tal situação, a primeira alternativa que me ocorreu foi a de que não seria mais possível tratar do tema sob a égide da crise (e das múltiplas respostas que ela enseja e possibilita em seus mais diferentes níveis e alcances – quase sempre suportadas e/ou estimuladas pelo imperativo da exigência ou da urgência), uma vez que ela já não estava presente diante do etnógrafo. Ao mesmo tempo, me causou um certo espanto perceber como a transição de um horizonte de completo caos tinha se convertido em uma existência coletiva aparentemente alheia àquilo que eu tinha acompanhado de longe.

Aos poucos, porém, essa ideia foi se alterando, e eu logo passei a duvidar desse meu precipitado diagnóstico – e foi a partir desse questionamento que novas alternativas passaram a me servir de bússola para a investigação: em que sentido a dita crise tinha passado e em que medida e de quais maneiras ela permanecia? Se a crise da água também passou a ser tratada como crise de gestão, crise de governança, no limite, crise política, ela seria capaz de ecoar nos embates políticos locais mesmo depois de supostamente superada⁶? O que teria significado as grandes e ecléticas mobilizações de rua ocorridas na cidade em decorrência da crise da água? Como ela era então experimentada no âmbito da memória, da lembrança? Quais eram os efeitos dessas memórias e dessa vivência no presente (e no futuro)⁷? Quais eram os ideais de normalidade e de ordem que se oporiam ao assim nomeado momento de “crise”?; enfim, o que sobra e o que acontece quando a água volta, ou quando ela está disponível, em um lugar que apesar de contar com um serviço de abastecimento de água estabelecido, a *insegurança hídrica* também se apresenta como um dado relevante (sobretudo pós-2014)?

Em síntese, o ponto que passei a considerar foi que ao invés de abandonar por completo a aposta na fecundidade socioantropológica oferecida pelo regime de crise, eu poderia aproveitar a sua evocação (pois experiência tão recente) e trata-lo em relação com o

⁶ Houve momentos em que os termos crise hídrica ou crise da água foram questionados por alguns dos meus interlocutores. Em seu lugar propunha-se utilizar crise de gestão, ou de governança; que estariam diretamente ligados a outra ideia frequentemente reiterada pelos meus companheiros de pesquisa: a de que, mesmo durante o tempo de escassez, existia água em Itu (poços particulares, caminhões-pipa, nascentes degradadas) – sendo que a questão deveria ser deslocada para as formas de conduzir de maneira justa e emergencial o acesso e a distribuição dessa água. Além disso, esse deslocamento marcaria mais decisivamente a responsabilidade daqueles que tinha por atribuição a gestão da água, e ainda ajudaria a combater a ideia amplamente difundida de que a penúria hídrica enfrentada pelos ituanos era uma consequência exclusiva das vicissitudes da Natureza.

⁷ Ao que parece, a natureza do evento experimentado em Itu inaugurou uma dinâmica distinta na qual não apenas o presente e o cotidiano foram afetados. A partir das observações nessa etapa do trabalho de campo, foi possível notar que o regime de temporalidade foi afetado de forma mais abrangente, operando uma relação diferencial com o futuro e com as decisões atreladas a ele. A vivência da “crise” – que trouxe junto de si uma expectativa pelo colapso – criou um regime de urgência capaz de afetar a temporalidade (numa espécie de aceleração do tempo), no qual um repertório improvável de alternativas possíveis passou a ser considerado. Por ter chegado à cidade pouco tempo depois dos eventos mais traumáticos, foi possível acompanhar como algumas pessoas ainda sob o seu impacto tinham em mente uma profusão de mudanças decisivas em suas vidas, cogitando principalmente o abandono da cidade. Em algumas postagens no *facebook* era comum ler que uma das consequências mais sérias da crise poderia ser um “êxodo urbano” em massa para fora de Itu. Foi interessante notar, contudo, como que depois do arrefecimento da crise e da progressiva regularização do abastecimento de água, essas mesmas pessoas passaram a reconduzir suas vidas cotidianas, e os planos de mudanças radicais no nível pessoal observadas poucos meses (ou semanas) antes, passaram a se diluir nas projeções mais opacas e uniformizadas impostas pelo fluxo regular e (muitas vezes) massacrante da rotina.

seu simétrico oposto: os tempos tranquilos, a calma, o cotidiano, a rotina. Como consequência dessa nova perspectiva, comecei a atentar para uma relação que antes estava subjugada ao evento da crise apenas: a ligação entre regularidade/ “normalidade”/ordem e a presença da água. Dessa maneira, a rotina/presença da água serviria de pressuposto metodológico para pensar o momento da crise da mesma forma que a crise/falta de água nos serve como meio de questionamento e de lente de aumento para destacar as conexões naturalizadas na regularidade imposta pela rotina, pela ordem. Nesse sentido, não haveria privilégio de enfoque analítico em nenhum dos dois regimes de existência, mas sim na dinâmica complementar e na urdidura entre ambos.

Nessa esteira, Oliver-Smith e Hoffman (2002) destacam que a análise dos períodos imediatamente após os desastres (períodos que eles chamam de “reconstrução”) são fundamentais metodologicamente, pois é quando uma população deve atravessar o percurso entre a restauração e a mudança. Segundo os autores, trata-se de um momento no qual é possível observar um processo de negociação que envolve tensões tanto entre diferentes grupos e valores (: 12). Com isso em mente, foi interessante notar não apenas os comportamentos e as maneiras através das quais os ituanos retomavam suas atividades cotidianas depois de tempos tão árduos, como também como nas falas e nas narrativas que tinham como principal intenção relatar os transtornos trazidos pela falta de água, era possível começar a delinear, que fosse por contraste, os parâmetros daquilo que poderia ser chamado de uma vida “normal” para aqueles ituanos. Essas conversas eram insistentemente pontuadas pelo caráter ordenador da relação diária com a água, de onde se abstrai uma série de concepções nativas acerca das noções de ordem e até mesmo de moralidades associadas à água.

Esses relatos também permitiam entrever um tipo interessante de movimento: a inauguração de distintos ordenamentos (ora particularizados e privados, ora provisoriamente articulados ou coletivizados em ações de grupos, por exemplo) suscitados no intuito de improvisar soluções a fim de reorganizar tanto quanto possível o cotidiano – ainda que esses ordenamentos diferissem em quase tudo daquele considerado “normal”. Ou seja, tratava-se de uma nova rotina, formulada como precária, intermitente, provisória (e que, no mais das vezes, era associada a sentimentos valorados de forma negativa, como o

sofrimento, a tristeza, a angústia, e até mesmo a vergonha – sobretudo quando se abordava situações ligadas às práticas de higiene pessoal, que ficaram muito comprometidas)⁸.

Para todos aqueles ituanos habituados a receber em suas casas água encanada de maneira recorrente, em tempos de torneiras secas os marcadores do compasso da conformidade se alteravam, mas não deixavam de operar. Agora não eram mais as atividades domésticas e privadas, largamente dependentes do uso da água, que estabeleciam a marcação regrada da existência íntima e/ou familiar (o horário do banho, as práticas higiênicas matinais, as técnicas de preparo dos alimentos, o cuidado com as crianças, a limpeza da casa). Estas foram substituídas pelas constantes idas às bicas d'água; a busca e/ou a espera pelos caminhões-pipa; a audição atenta durante a madrugada para identificar uma possível abertura na rede de abastecimento; as ligações diárias para a central de reclamações da empresa de água local; a aquisição e a montagem de engenhocas que permitissem armazenar a pouca água que por vezes era bombeada na rede; as articulações para organizar protestos; as frentes de trabalho reunidas para estudar maneiras de cobrar legal e politicamente a prefeitura e a empresa responsável pelo serviço. Além disso, para aqueles que tinham tempo e condições de ajudar, também se tornaram rotineiras as expedições a poços artesianos, bicas e outras fontes de água no entorno da cidade em carros com caixas d'água adaptadas que possibilitavam o transporte de água para que fosse distribuída a pessoas em situações extremas de escassez. Nesse sentido, o tratamento da severa escassez de abastecimento de água em Itu a partir da chave da crise funciona como uma janela privilegiada que nos permite vislumbrar não apenas as formulações acerca do seu correlato imediato, a desordem e o caos (tal qual formulados pelos ituanos), mas também, por contraste, vislumbrar as concepções nativas acerca das noções de ordem que

⁸ Além de todos os embaraços de ordem prática, a falta de água parece lançar as pessoas em um estado da qual elas se sentem envergonhadas, descuidadas, desonradas. Grande parte desses valores formulados como moralidades parecem guardar relação íntima com a noção de higiene e de limpeza, que, por extensão se apresenta como um marcador fundamental do que conformaria uma pessoa “digna”. Ainda nessa seara, uma discussão correlata é apresentada por Nikhil Anand (2011), que lança mão do conceito de “cidadania hídrica” para descrever uma forma de pertencimento à cidade ativada por reivindicações sociais e materiais feitas à infraestrutura municipal de distribuição de água, estando diretamente ligada ao recebimento de água pressurizada através dos canos e não estando vinculada apenas ao voto, mas a uma série de outros fatores históricos, jurídicos e técnicos (: 549). Segundo ela, essa é uma cidadania precária (no sentido de temporária), dependente de um processo interativo que exige repetição, renovação e revalidação (: 559).

prevalecem ali – inclusive aquelas práticas provisórias que emergiram na tentativa de ordenar aquela agitação ressequida⁹.

*

A insistente recorrência feita ao termo crise, também nos remete diretamente ao seu uso conceitual tal qual utilizado por Bruno Latour. Em *Jamais fomos modernos* (1994), o autor indica que começou escrever o seu ensaio a partir do diagnóstico de uma crise, a crise da crítica, que, em seu pleno funcionamento, teria como função a permanente “purificação” de qualquer rede que se apresente aos seus saberes (a epistemologia; as ciências sociais; e as ciências do texto/da linguagem) (:10). Porém, continua ele, a presença cada vez mais constante dos híbridos exigiu que passássemos a lidar com eles, uma vez que a sua proliferação desenfreada (resultado da eficácia desse mesmo processo, que atuava de modo que não nos possibilitava averiguar a sua existência, deixando-os reproduzir inadvertidamente) tornou impossível a continuidade dos processos de purificação de maneira eficaz e na proporção necessária.

A minha sugestão é que a água em Itu apresenta-se como um elemento capaz de incorporar pontos, processos e hierarquias aparentemente difusos (um híbrido), promovendo assim a possibilidade de descrição (e de configuração, para fins analíticos) de redes sociotécnicas que normalmente não são contempladas quando voltamos nossa atenção apenas para as consequências “sociais” do fenômeno nomeado aqui como crise hídrica. Pensada nesses termos, ela permite compreender processos sociopolíticos bastante abrangentes, sobretudo aqueles referentes às conformações sociais em suas confluências

⁹ Uma das questões interessantes que podemos abordar em decorrência desse dado é a ambiguidade que o conceito de ordem comporta, podendo remeter tanto à perspectiva sociológica (regularidade/leis gerais/rotinas) quanto à perspectiva política (autoridade/leis jurídicas/coerção) (Marques, 2012). Os desdobramentos do evento ituano também são paradigmáticos no que diz respeito ao cruzamento dessas distintas perspectivas – já que outra marca na narrativa da crise hídrica ituana para além do estado de caos que a cidade se viu envolta devido à falta d’água, foi a sensação de impotência e de abuso a qual a população local foi subjugada (ora manifestada no descaso na condução da questão por parte do poder público, ora explicitada na brutal repressão policial utilizada para dispersar alguns dos protestos ocorridos na cidade). O fato do secretário de segurança pública local (um coronel reformado da polícia militar, responsável pela pasta de Segurança, Trânsito e Transporte) ter se tornado um dos porta-vozes informais da prefeitura nos tempos de crise, cumprindo o papel de “testa de ferro” do poder público municipal, diz muito da maneira como a situação foi conduzida e de como a face repressora da ordem foi prontamente acionada quando o poder público se viu diante da insatisfação popular.

com aspectos materiais (não-humanos). O fato de estarmos tratando desse elemento tão imediatamente associado à natureza (trata-se de um dos tão difundidos “quatro elementos da natureza”, junto com o fogo, o ar e a terra), no ambiente urbano e a partir da crise são pontos centrais no procedimento de identificação do processo de obviação que caracteriza as relações entre sociedade e água.

Nesse sentido, o que se encontra em Itu é significativo: mesmo antes (mas também durante e depois) do acirramento das tensões sociais e políticas decorrentes da mobilização popular eclodida diante da crise, o que se observou foi um embate de narrativas – à primeira vista responsável por enfatizar uma oposição devidamente purificada entre natureza e cultura no que diz respeito à água. Enquanto os gestores públicos, os políticos e os responsáveis pela empresa que presta o serviço de distribuição de água da cidade reiteravam o caráter eminentemente “natural” da situação (destacando o longo período de estiagem atravessado pela região, sobretudo), os cidadãos ituanos rebatiam com argumentos de que, apesar da seca (que eles reconheciam), faltou planejamento, investimento, informação e capacidade para gerir o problema, uma vez detectado. Portanto, se para uns a crise podia ser creditada exclusivamente a fatores naturais, para outros as causas determinantes residiam na confluência entre razões de ordem “natural” e “política”.

Acontece que a pesquisa tem comprovado que essa não é uma passagem fácil de se promover, posto que a relação entre falta de água nas torneiras e os fenômenos naturais (a “seca”, a “estiagem”) é muito imediata – sendo que esse sempre foi o principal recurso argumentativo utilizado para justificar a crise de abastecimento. Ou seja, a noção de que tal evento se trata de algo de responsabilidade da Natureza é muito arraigada e, como sabemos, contra as “vontades” da Natureza não há muito que se possa fazer.¹⁰ Além do mais, o funcionamento de uma rede estável e eficaz no cumprimento da sua função de fazer chegar água até às pessoas de uma maneira praticamente mágica (através da simples abertura de um registro a qualquer momento do dia) colabora enormemente para determinar a convicção da água encanada como uma “segunda natureza” – a água chega (sempre chegou

¹⁰ A não ser rezar – e os ituanos rezaram muito: era comum que houvesse missas pedindo a volta das chuvas e até procissões foram realizadas. Deve-se notar, porém, que as cidades vizinhas a Itu não chegaram a vivenciar nem uma mínima fração do drama atravessado pelos ituanos (sendo que algumas dessas cidades ficam a menos de 10 quilômetros de distância).

e sempre chegará) “naturalmente” até nós. Tenho como hipótese que parte dessa “eficácia mágica” pode ser atribuída à invisibilidade (literal) dessa rede (também literal) – que ilustra o processo de purificação no qual duas zonas ontológicas distintas são criadas e apartadas, a da Natureza de um lado e da Cultura/Sociedade, de outro. Composta por encanamentos enterrados que ligam pontos de captação devidamente afastados dos espaços de convivência urbana a caixas d’água alojadas no alto das casas (ou diretamente às redes internas), a água percorre um caminho que obstante não ser conhecido, posto que permanece longe dos olhares daqueles que usufruem diariamente da água, tem sua eficiência permanentemente verificada no exato momento em que se gira um registro e o líquido jorra. A crise, por sua vez, se dá no momento exato em que essa operação mágica passa a falhar sistematicamente.

A situação de crise (não só a da água) nos faz encarar de frente a implosão de uma série de arranjos que produzem (ou produziam) efeitos de permanência (e, por meio do processo de purificação, de independência) capazes de neutralizar o questionamento acerca das operações e das conexões que põem para funcionar todo esse aparato de “produção de Natureza” (e de Cultura/Sociedade), por assim dizer. A ruptura do fornecimento regular de água foi responsável por trazer à tona elementos muito diversos que, uma vez em xeque devido ao seu mau funcionamento, foi capaz de revelar relações até então não aparentes para a grande maioria da população local. Foi a partir dessa brecha, ou dessa falha na operação de purificação, que alguns atores sociais encontraram a oportunidade de questionar o caráter puramente “natural” do problema que eles enfrentavam.

Apesar da onda de mobilização social ser interpretada como a eclosão espontânea da revolta da população em decorrência do fim da resiliência e da tolerância diante da situação de penúria hídrica, um pequeno grupo passou a ser reunir cotidianamente e passou a discutir mais a fundo as maneiras de pressionar o poder público e a concessionária de água, ao mesmo tempo em que tentava traçar estratégias, sobretudo de comunicação, para manter a população mobilizada. Com a argumentação que apontava a existência de água em cidades vizinhas, a presença de grandes poços privados que tinham como negócio lucrativo a comercialização de água, as falhas de planejamentos anteriormente previstos, a lembrança do processo de privatização do serviço e, sobretudo, explorando muito bem o descaso

daqueles que deveriam se apresentar como os responsáveis pela situação, a população que se engajou na luta pelo direito à água foi capaz de juntar no âmbito da política local questões absolutamente heterogêneas. As pessoas passaram a promover conexões e a criar redes (os “híbridos socialmente estendidos”, como formulado por Marilyn Strathern) que tinham como finalidade atestar o caráter “político” (portanto, “social”) da crise. Assim, passaram a pesquisar de onde vinha a água que eles consumiam, quais eram os mananciais que abasteciam a cidade, quão antiga e precária eram as adutoras e a tubulação que transportava essa água, quais regiões da cidade eram abastecidas por quais reservatórios, quais eram os as obrigações contratuais da concessionária, quem ocupava os funções de regulação do serviço etc.. Com o avanço e o acirramento dos debates, cada vez mais era comum ouvir narrativas e discursos que juntavam elementos pouco afeitos aos embates “políticos” cotidianos de Itu (como mananciais, bacias hidrográficas, reservatórios, redes de encanamentos); com alusões mais familiares a essa esfera (como saúde pública, acesso a direitos fundamentais, discursos sobre dignidade). Todo um conjunto de associações que antes eram alvo de permanentes processos de purificação passou a figurar como uma narrativa potente, estabelecida a partir da grande rede conformada pelos caminhos percorridos pela água.

*

Ainda é cedo para formular apreciações de caráter conclusivo acerca das relações entre a água, política e sociedade em Itu. Contudo, a entrada através da situação de crise abre automaticamente uma gama enorme de questões acerca dessas relações que podem ser vastamente exploradas. Por enquanto, tenho apostado que a partir do caso ituano pode-se especular que nos ambientes urbanos contemporâneos, devidamente atendidos por um serviço minimamente qualificado, o acesso regular a água se tornou algo naturalizado. Estabilizada por meio de todos os dispositivos que se prestam a esse fim (reservatórios, estações de tratamentos, rede de encanamentos, caixas d’água, torneiras, registros, mangueiras etc.), essa rede sociotécnica (uma vez que também envolve políticos, gestores, técnicos e usuários) proporcionou uma espécie de dobra, responsável por definir e difundir uma noção da água como um elemento “duplamente natural”: por ser um “elemento da Natureza” e por estar “naturalmente” a nosso dispor a cada vez que abrimos um registro.

Porém, ao olharmos atentamente para os discursos nativos acerca da desordem provocada pela falta sistemática de água, é possível afirmar que ela também se apresenta como um dos principais atributos de conformação das rotinas no ambiente doméstico urbano. Presente em quase todos os pequenos e constantes rituais de ordenação dos modos íntimos de vida, a preponderância da água é referida muito mais em termos “culturais” do que “naturais”.¹¹

Contudo, se a partir dessa pista podemos dizer que as rotinas cotidianas mais básicas e triviais associadas ao uso da água encanada se mostraram responsáveis por funcionar como um dos alicerces da ordenação doméstica ituana (mas não apenas, obviamente), por outro lado, a experiência de campo também revelou que o seu abalo não implicou na ruptura completa com o lastro social, afetivo e comunitário que muitas vezes os profetas do colapso nos fazem crer. Logo, ao mesmo tempo em que os discurso pautados pelo sofrimento e pela desordem são bastante difundidos, também é muito comum ouvir as pessoas relatarem casos de solidariedade, colaboração, cooperação e generosidade.

Por fim, vale ressaltar a consonância entre a noção de rede tal qual formulada na teoria ator-rede e o tema abordado – sobretudo na definição precisa apresentada por Marilyn Strathern (2014), qual seja:

A rede é uma imagem adequada para descrever a maneira pela qual se pode ligar ou enumerar entidades díspares sem fazer suposições sobre níveis ou hierarquia. Os pontos numa narrativa podem ser de qualquer material ou forma, e a rede parece ser uma frase neutra para a sua interconexão [...] o imaginário da rede dá a ver uma análise social que tratará igualmente itens sociais e tecnológicos; todo ente ou matéria pode ser digno de atenção” (Strathern: 304).

Além de se mostrar uma ferramenta adequada para os objetivos que se pretende alcançar, produtividade do seu uso se mostra ainda mais ampliada devido à concordância citada acima – decorrente do fato de que o repertório conceitual disponibilizado não necessita recorrer às metáforas para que as análises ganhem corpo. Logo, ideias como as de fluxo, de rede ou de conexões, que frequentemente funcionam como metáforas analíticas potentes

¹¹ A ideia, por exemplo, da água enquanto um bem essencial à vida (no sentido biológico) quase não é ouvido quando se fala sobre a crise hídrica e seus efeitos (potenciais, inclusive).

para a análise e composição de redes sociotécnicas, descem ao nível das descrições tão triviais e corriqueiras quanto possível quando tomamos a água (e a sua captação, tratamento e distribuição) como uma questão. Assim, a concretude desses termos e dessas relações já está “dada” de saída. Portanto, nada mais adequado do que lançar mão desse aparato conceitual para promover a descrições e análises que visam reunir água, política e sociedade.

Referências Bibliográficas

Anand, Nikhil. 2011. PRESSURE: the PoliTechnics of Water Supply in Mumbai. *Cultural Anthropology*, Vol. 26, Issue 4, pp. 542–564.

Dantas, Maurício. 2004. *Água e desenvolvimento: desafios para Itu*.

Hoffman, Susanna M. & Oliver-Smith, Anthony. 2002. “Introduction: why anthropologists should study disasters”. In: Hoffman, Susanna M. & Oliver-Smith, Anthony (ed.) *Catastrophe & Culture: The Anthropology of Disaster*. Oxford: James Currey Ltd.

Latour, Bruno. 1994. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Tradução Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34.

Marques, A.C.D.R. 2012. “Cartografias da ordem e da violência. Entre a guerra ameríndia e as ‘brigas de família’ sertanejas”. *Revista de Antropologia (USP. Impresso)*, v. 54, p. 647-675.

Nardy Filho, Francisco. 2006 [1928]. *A cidade de Ytu: histórico de sua fundação e dos seus principais monumentos*. Ed. Fac-similar. Itu: Ottoni Editora.

Revista Campo & Cidade. 2010. Ed. 65 – Água (<http://www.campoecidade.com.br/category/edicao-65/>).

Rodrigues, Murilo Rogério. 2010. *A escassez de água para abastecimento público e seus reflexos socioeconômicos no município de Itu-SP*. Itu: Editora Ottoni.

Strathern, M. 2014. “Cortando a rede”, in *O efeito etnográfico*. São Paulo: Cosac Naify. pp. 295-320.